

Um sociólogo (da educação) no gabinete

Pedro Abrantes

Técnico Especialista do Gabinete do Ministro da Educação

Professor da Universidade Aberta e Investigador do CIES-IUL

Cada Ministro ou Secretário de Estado tem um gabinete que apoia a sua ação. Além dos motoristas, pessoal administrativo e de secretariado, estes gabinetes têm entre seis e dez pessoas, entre adjuntos e técnicos especialistas, na gíria conhecidos como assessores, provenientes de diversas áreas profissionais. Tal como noutras áreas, na educação, há um sociólogo. O que fazemos? Como contribui a sociologia para a governação? E que desafios nos coloca esta condição de sociólogo no gabinete?

A experiência de gabinete é muito rica, uma vez que implica um permanente trabalho em equipa, de carácter interdisciplinar. E não se trata apenas de que cada área profissional tem os seus

conhecimentos específicos, mas também as suas linguagens, metodologias, formas de estar, pensar e ver o mundo. É tudo isso que se cruza e que deve ser considerado para apoiar e informar decisões frequentemente complexas, dramáticas, urgentes.

Um gabinete não pode funcionar sem juristas, que analisam e elaboram a nossa aturada teia legal. Nem pode funcionar sem economistas, que avaliam os recursos disponíveis e necessários para que os direitos e as políticas se concretizem. Hoje, dificilmente sobrevive sem profissionais da comunicação, que garantem a divulgação pública das ações e a resposta às interpelações dos jornalistas, ou sem especialistas da política, aqueles que conhecem e

avaliam a viabilidade no campo político das diferentes soluções possíveis, procurando apoiar alianças, dirimir tensões, antecipar oposições. Mas a par destes, encontram-se ainda especialistas de outros campos profissionais, de acordo com as especificidades das diferentes áreas governativas.

E os sociólogos? O de sempre. Identificamos problemas sociais e procuramos soluções. Fazemos observações. Analisamos dados. Prevemos, antes, e analisamos, depois, os efeitos sociais de certas ações. Complementamos o nosso conhecimento geral acerca das estruturas sociais e, neste caso, do sistema educativo e da sociedade portuguesa, com ferramentas que permitem selecionar e interpretar dados específicos, relevantes para o problema concreto em causa. Somos particularmente úteis, porque os processos políticos – por muito importantes que sejam as dimensões jurídicas, económicas, comunicacionais ou propriamente políticas – na sua base e nos seus

efeitos, nunca deixam de ser processos sociais.

Não se trata apenas de uma afirmação filosófica. O êxito de uma medida política implica um bom trabalho de enquadramento jurídico, negociação política, planeamento de recursos e comunicação. Mas implica, também, um conhecimento aprofundado do contexto social no qual a medida vai ser implementada, no sentido de ouvir, incentivar e envolver os atores, prever ou detetar resistências, superar tensões e medos. As políticas (dignas desse nome) aspiram a mudanças nas sociedades e estas não dependem apenas das leis, da economia ou da comunicação – ainda que estas sejam ferramentas imprescindíveis. Dependem, sobretudo, de mudanças nas mentalidades, nas relações e nas práticas das pessoas. É esta a matéria do sociólogo.

Na educação (e não só), esta constatação vai fazendo o seu caminho e encontrou eco nos lemas, repetidos desde os anos 90, de que

“as reformas não se fazem por decreto” ou “antes de o governo reformar o ensino, os professores reformarão o governo”. Com estas afirmações não se pretende, contudo, inibir as dificuldades, os dilemas e os desafios que enfrenta a sociologia, no contexto dos gabinetes políticos. Sinalizamos aqui três.

Em primeiro lugar, a questão do tempo. Não se trata apenas do lugar-comum de que a quantidade de trabalho não permite análises aprofundadas, de que o volume de informação devora a possibilidade de elaborar conhecimento ou de que a pressão para decisões imediatas corrói a capacidade de reflexão. Tudo isso são desafios, mas do nosso tempo, colocando-se a todos os profissionais e frequentemente denunciados pelos sociólogos, até no campo académico. Trata-se, sobretudo, de que as análises sociológicas se movem frequentemente em tempos longos, enquanto a democracia cada vez mais parece jogar-se em tempos

curtos, sendo que não apenas as soluções, mas inclusive a formulação dos problemas, parece orientar-se pelo e para o imediato. Este é, aliás, um dos grandes desafios que se coloca hoje às democracias, no sentido em que ao mesmo tempo funciona como um meio de crítica sistemática aos políticos, mas também de arma de afirmação dos populismos, por regra, donos de soluções imediatas para responder a problemas (e medos ou aspirações) estruturais. Como é sabido, as verdadeiras mudanças em educação são necessariamente longas e sendo a ação inevitavelmente curta, temos que encontrar os elos adequados para produzir efeitos, em simultâneo, em diferentes níveis e temporalidades.

Em segundo lugar, um relativo fechamento do que José Madureira Pinto (2013) chamou o “campo político-mediático”. Na verdade, uma certa autonomia e especialização dos campos, nomeadamente culturais e

profissionais, é um traço da modernidade e que, ao contrário do que por vezes se julga, uma condição importante de um certo pluralismo e relatividade do poder. Contudo, dentro desta tendência geral, surgem também processos que contribuem para sobreposições e contaminações entre campos que, elas próprias, constituem perigosas ameaças a tal pluralismo e relatividade: é o caso de uma certa fusão hoje observável entre os campos político e comunicacional, secundarizando até as relações que o meio político deve estabelecer com outros campos da sociedade. É, aliás, sintomático que José Madureira Pinto tenha desenvolvido este conceito na análise da “crise económica”, um tema que aparentemente seria dominado pelo conhecimento económico, mas que se tornou muito permeável a poderosas apropriações com campo político-mediático, subordinando o próprio conhecimento económico. Algo parecido, ainda que em proporções

menores, se poderá dizer da “crise da saúde”, da “crise da educação” e por aí fora. Ou seja, o conhecimento que desenvolvemos, neste caso, acerca do campo educativo português tem, portanto, que se compatibilizar com um trabalho de análise sociológica do próprio campo político-mediático e de como ambos, dotados de lógicas e linguagens próprias, se afetam mutuamente, procurando soluções adequadas e viáveis em ambos os campos.

Por fim, em terceiro lugar, aquela que poderá ser a questão mais identitária dos sociólogos, ou seja, a nossa relativa aversão ao carácter (alegadamente) normativo da ciência. A este propósito, será útil não esquecer que as ciências ditas “duras” (ou “exatas”) também falham frequentemente previsões e albergam violentas controvérsias. Ou as áreas mais próximas da economia, direito e comunicação, cujos especialistas frequentemente divergem quanto às soluções mais adequadas, sem abdicar do carácter

prescritivo dos seus juízos. Neste caso, a melhor postura parece estar no equilíbrio: defender sem reservas aquilo que é um legado do conhecimento sociológico e que deve ser reconhecido com a dúvida metódica de qualquer outro conhecimento científico, mas manter em simultâneo o potencial reflexivo que torna o nosso campo efetivamente fundamental para se lidar com a incerteza do mundo. Em muitas situações, é tão importante dar uma boa resposta como formular uma boa pergunta.

Bibliografia

Pinto, José Madureira (2013). A sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate". *Revista Española de Sociología*, 19, pp. 141-152.